



## CONFLITO ENTRE CULTURA ORAL E CULTURA ESCRITA: O ANALFABETISMO COMO RESISTÊNCIA À MODERNIDADE

Renato Izidoro da Silva<sup>1</sup>

### Resumo

Este ensaio tem como finalidade discutir o analfabetismo no interior do conflito cultural entre oralidade e escrita. Segundo nossos estudos, identificamos que a constituição prática e ideal da Modernidade tem como mote principal a formação de sociedades grafocêntricas, passando necessariamente pelo sucumbimento das chamadas culturas tradicionais ou ancestrais fundadas na oralidade. Assim, historiografia e etnologia nos mostram que a tensão existente entre escrita e oralidade no processo de constituição do Ocidente que desemboca na colonização da América indígena: ação dos civilizados *versus* os “bárbaros” e os “selvagens”, posteriormente estendida ao analfabeto, que guardando suas especificidades, passou a ser encarado como uma espécie de ausência cultural socialmente prejudicial, que deveria ser sanada pela cultura escrita.

**Palavras-chave:** Colonização. Grafocentrismo. Diferença.

### 1 INTRODUÇÃO

O mote deste ensaio é refletir sobre o problema do analfabetismo às voltas de sua relação com a oralidade e a escrita em termos culturais. Nossa problemática indica que a categoria conceitual analfabetismo está atrelada à valorização da cultura grafocêntrica em detrimento da cultura oral, motivando uma epistemologia que, como lembra Pattanayak (1995, p. 118), “proclama a superioridade da cultura escrita sobre a oralidade, e não as diferenças entre elas”. Assim, o analfabetismo é apresentado como sinônimo de ignorância socialmente aliada “à pobreza, desnutrição, falta de educação e assistência médica, enquanto a escrita associa-se ao crescimento da produtividade, aos cuidados com a infância e ao avanço da civilização [...]” (loc. cit.).

Neste último ponto atua uma certa antropologia moderna que arquiteta tal problema como uma questão de investimentos econômicos, políticos e sociais contra a ignorância das comunidades nativas, tradicionais e/ou arcaicas oralistas, em vez de conceber tais problemáticas como de ordem cultural às voltas da alteridade e da identidade dessas diversas civilizações que se posicionam a partir de uma situação

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED/UFBA, vinculado às linhas de pesquisa: Filosofia, Linguagem e Práxis Pedagógica – UFBA – e Arquitetura de Computadores e Sistemas Operacionais – UNEB. Membro da Cooperativa dos Saberes. Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Professor das disciplinas História da Educação Física e Epistemologia da Educação Física na Faculdade Maria Milza – FAMAM – Cruz das Almas, BA. E professor da disciplina Fundamentos e Concepções da Educação Física e do Esporte da Universidade Regional da Bahia – UNIRB. E-mail: izidoro.renato@gmail.com

presente sim, mas também com base na ancestralidade, diante da cultura grafocêntrica. Darcy Ribeiro (1995, p. 148), por exemplo, adepto dessa antropologia liberal, afirmou em seus estudos sobre a constituição do povo brasileiro, que a resistência da passagem do padrão arcaico, “ao padrão moderno [...] não se explica [...] por qualquer resistência de ordem cultural à mudança [...]. Mesmo as populações rurais e urbanas marginalizadas enfrentam resistências, antes sociais do que culturais, à transfiguração [...]”.

Diferentemente, na relação entre oralidade e escrita no bojo do analfabetismo, não designamos a ausência de operações gráficas em determinadas populações e indivíduos como um estado social de analfabetismo. Como Levy (1993, p. 94), tratamos tais sujeitos como culturalmente oralistas, para pensarmos que o analfabetismo não diz de uma passividade ou ausência de atividade cultural que está à espera do preenchimento social por parte de alguma espécie de cultura superior. Destarte, os oralistas são orientados para uma posição de atividade cultural que age em dialética tensiva com as regras da cultura grafocêntrica. Estendendo essa questão ao âmbito do poder, Paulo Freire (2000, p. 55) possibilita pensarmos que a razão do alfabetizar é ideológica, não gramatical<sup>2</sup>. Algo que Foucault (1979, p. 5) diz estar envolvido com uma “historicidade que nos domina e nos determina” de maneira mais belicosa que lingüística. Indicando que nossa questão é irredutível à aprendizagem de um novo código, conforme Todorov (2003) ela se desdobra em termos de guerras e batalhas culturais, pois simbólicas e corporais. Para Flusser (2002, p. 10) isso se assumiu na Idade Média em “forma de luta entre cristianismo textual e o paganismo imagético; na Idade Moderna, luta entre a ciência textual e as ideologias imagéticas”. Faz-se notar ainda a importância dos estudos de Augé (1998, p. 72) que identificou no processo de colonização do México uma verdadeira “guerra das imagens” entre os universos simbólicos e imaginários religiosos do indígena e do europeu cristão .

Tendo isso em mãos, evocamos como possível problema do analfabetismo ou da alfabetização<sup>3</sup> o processo de resistência cultural por parte das culturas oralistas que,

---

<sup>2</sup> Em seu *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Paulo Freire fala da urgência em se pensar no uso gramatical no contexto ideológico. Trabalhando com a questão do racismo, o autor dá o seguinte exemplo: Em uma situação onde alguém pergunta a um outro: você conhece Madalena? Cujas resposta dada: “Conheço-a. É negra *mas* é competente e decente”. Sobre isso comenta que a conjunção gramatical *mas* serve ideológica e preconceituosamente para reconhecer a decência da pessoa apesar de sua etnia historicamente associada a adjetivos que preconizam a noção de inferioridade social e cultural.

<sup>3</sup> Existe uma discussão que diferencia alfabetização de letramento. Soares (2001), por exemplo, diz que alfabetização significa a ação de ensinar e aprender a ler e a escrever. Já o letramento é conceituado como

necessariamente, fazem retornar a ancestralidade diante do imperialismo grafocêntrico. Temos indícios de que os conflitos notados pelos autores supracitados, no âmbito das expressões e tradições imagéticas das culturas, também ocorreram e ainda ocorrem na relação estabelecida na Modernidade entre oralidade e escrita. Em suma, o problema do analfabetismo é passível de ser traduzido em termos de uma resistência cultural que implica um complexo contexto de significação do passado, do presente e do futuro de cada civilização como que havendo vínculos de ancestralidade com a oralidade, à qual, independente de seu conteúdo, sua própria realização já é a vivência no plano cultural: a vivência de um sentido.

Nossa compreensão de ancestralidade parte das reflexões de Leach (1975, p. 111), quando diz que “o termo ‘alianças matrimoniais’ encontra normalmente uma expressão cultural na noção de ‘influência mística’”. Embora ele não fale de ancestralidade, mas na oposição entre alianças matrimoniais e incorporação, nos servimos dele, pois entende suas diferenças em termos de uma “substância comum” e a “influência mítica”, respectivamente. Nesse sentido, nossa conceituação se desdobra sobre Bastide (1973, p. 3-4) quando argumenta: os ancestrais são deuses que continuam em nós das trevas ignoradas, mas que falam ainda enquanto multidões clamantes, e que por vezes atacam contra o ser do presente em línguas semelhantes ou estranhas.

Ressalta-se neste momento a tênue linha que diferencia nossa perspectiva teórica da de Paulo Freire sobre nosso problema. Este último pensou a resistência à alfabetização por parte dos grupos oprimidos pela Modernidade em termos de uma oposição entre cultura burguesa (opressora) e cultura popular (oprimida), onde a alfabetização é mediadora da realidade cultural da primeira sobre a segunda. Entretanto, pensamos que a resistência à alfabetização não significa irredutivelmente uma ação contra a cultura burguesa, e sim um embate conflituoso entre as culturas orais e as culturas grafocêntricas onde não se separa o conteúdo da expressão de sua forma. Logo, oralidade e escrita não se encerram apenas como mediadoras culturais, mas são elas próprias manifestações culturais remetidas às noções de espaço e de tempo.

Além das possibilidades comunicacionais, possuindo funções significantes intransitivas (Cf. TODOROV, 1968, p. 28), oralidade e escrita encerram um

---

estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas que usam a escrita. No entanto, para o momento optamos por trabalhar apenas a noção de alfabetização por dois motivos: primeiro porque é um termo mais comum ao tratar de maneira geral a aquisição da escrita. Segundo porque iremos tratar do conflito entre oralidade e escrita em contextos mais elementares sobre a aquisição da escrita. Entretanto, sabemos que inevitavelmente teremos de esclarecer essa questão de forma mais estudada no desenvolvimento da pesquisa.

determinado sentido independentemente de suas justificativas<sup>4</sup>. Por isso, a batalha existente entre ambas não se deve apenas às referências historiográficas que cada uma delas traz a campo. Transfigurar-se culturalmente de uma para a outra significa alterar todo sentido da existência de um ser pertencente a uma civilização onde conteúdo e forma não podem ser diferenciados e isolados daquilo que Garcia Canclini (2000, p. 165) chama de “ritualidade cotidiana”. Pois, escrever em vez de falar envolve a resistência de um ser ancestral que há muito se realiza cotidianamente, frente ao outro moderno desconhecido e estranho. Segundo Wisnik (1989, p. 37), Daniel Charles afirma que a voz faz ressoar o passado do ser montado e levado em seu devir incessante e sempre problemático.

Sobre esse assunto Emilia Ferreiro (2001, p. 158) nos ensina, por exemplo, que um dos possíveis motivos do fracasso da alfabetização nas comunidades indígenas, é a intensa convivência com o bilingüismo entre uma língua ágrafa; que a entendemos como nativa, ancestral e mítica, e outra grafocêntrica; designando artefato estranho e novo proveniente do colonizador ideologicamente moderno. Compreendemos que o bilingüismo é a marca da resistência da oralidade devido ao seu vínculo com demais práticas ancestrais que remetem ao trabalho, às técnicas corporais, à organização mítica etc. A autora enfatiza a ocorrência de uma espécie de renascimento indígena, que entendemos como o aflorar da alteridade frente à diversidade cultural, onde encontramos, afirma a autora, os indígenas possuidores de “uma identidade assumida que defendem há 500 anos” e que “parecem dispostos a resistir por mais 500” (loc. cit.).

Nossa proposta corre, portanto, ao lado de ao menos duas principais abordagens sobre as relações entre oralidade e escrita na contemporaneidade. Em grande parte os estudos históricos e sociológicos têm enfatizado a destruição das culturas orais tradicionais por meio do império da escrita que faz conceber a primeira como obsoleta no mundo moderno, logo, uma oposição rígida entre uma e outra. Por outro lado, a lingüística coloca escrita e oralidade como desempenhando uma relação interativa, criativa e fluida, na tentativa de medir as influências da primeira em relação à segunda e desta com relação àquela (BARROS, 2006, p. 57 e HAVELOCK, 1995, p. 18). Essa perspectiva, hodiernamente, se especializa para cada caso. No primeiro, Brait (2005, p. 55) estuda as influências da norma culta/gramatical sobre a constituição do texto oral culto e gramaticalmente “correto”. Já Olson e Torrance (1995, p. 8) lançam a

---

<sup>4</sup> Pode-se encontrar um parâmetro para julgar essa definição na acepção de jogo de Huizinga (1993: 3-4).

importância de se estudar as tramas em que o discurso oral cerca e condiciona os usos do texto escrito.

Com isso caminhamos para o caráter *strictu sensu* de nosso problema, que, atento aos direcionamentos supracitados, procede por um terceiro caminho que contorna a face tensiva e conflituosa entre oralidade e escrita. Nos estudos de Ladeira (2001, p. 311), por exemplo, se evidencia entre os índios Timbira<sup>5</sup> um alto índice de analfabetismo apesar dos investimentos políticos, econômicos, sociais e educacionais na área. Em seus apontamentos sobre essa situação, a autora comenta a ausência de sentido cultural que a escrita toma no mencionado grupo indígena, não por causa de falhas técnicas no processo de alfabetização, e sim devido ao fato de a memória continuar sendo oral enquanto uma espécie de recurso para garantir a memorização e a transmissão do conhecimento. Contudo, em nossa problematização a autora se aproxima mais da tese de Paulo Freire referenciada há pouco, pois aborda a resistência em termos de conteúdo histórico – memória – do grupo. Há um outro recorte a se realizar.

Para Garcia Canclini (2000, p. 159): “O mundo moderno não se faz apenas com aqueles que têm projetos modernizadores. Quando cientistas, tecnólogos e empresários buscam seus clientes, eles têm que lidar com a resistência à modernidade”. Não obstante, nossa trajetória tenta sobreviver àquilo que Havelock (1995, p. 18) diz “manifestar-se como tendência em favor de uma oralidade resgatada e, em outras ocasiões e contrariamente, como tendência em favor de sua total substituição por uma sofisticada cultura escrita”. Buscamos um trabalho etnológico e histórico sobre algo que Faye (1996, p. 187) entrevê segundo Foucault, como um composto de relações de forças entre o primado do falar e a irredutibilidade do visível (a escrita como objeto da visão), que para nós, respeitam as batalhas e resistências vividas pelas culturas orais ancestrais em contato com a escrita alfabetizadora.

Expressamos nessas condições um fundamento estruturalista, para o qual todo e qualquer tipo de expressão humana é expressão de uma estrutura abstrata mais geral (Cf. TODOROV, 1968, p. 15). Epistemologicamente caminhamos com o fluxo do pensamento que subverte a idéia cartesiana do sujeito centrado e produtor de si por meio da consciência racional: lugar comum na Modernidade do século XX; resumido pela inversão do *eu penso* cartesiano para a premissa de que *algo pensa em mim*

---

<sup>5</sup> Timbira é o nome que designa os povos: Apanyekrá, Apinayé, Canela, Gavião do Oeste, Krahó, Krinkatí, Pukobyê. Pertencem à família lingüística jê. Esses povos se distribuem pelo sul do Maranhão, leste do Pará e norte do Tocantins.

estruturalista, onde opera não um sujeito de si, mas um sujeito com um *a priori histórico* (WAHL, 1968, p. 16). O drama da ancestralidade que ordena realizações no presente para se atingir um estado: passado, presente e futuro; aproxima-se do que Certeau (2002) diz sobre etnografia e história atreladas à oralidade e à escrita nas comunidades primitivas que vivem algo que se resume nas palavras do indígena: “as coisas têm sido sempre assim” (Ibidem, p. 211). De modo que “supõe-se uma palavra que circule sem saber a quais regras silenciosas obedece (loc. cit.)”.

Entretanto, como já expressamos parcialmente, nosso estruturalismo não se refere à expressão que revela interpretativamente algum conteúdo arcaico: latente, inconsciente, apenas por meio da oralidade ou da escrita. Ambas encerram cada qual um sentido diverso para o ser se realizar, mesmo que possam dialogar entre si. O falar constitui um ser. O escrever constitui um outro ser, novo e estranho para aquele que o precedeu. Vive-se aí o plano da diversidade graças à diferença radical a que pertence cada coisa. Como bem pontua Edson Nunes da Silva (1978, p. 55), Cristian Wolff revela a dimensão e o valor das coisas que não podem ser tomadas uma pela outra. Para além da retórica e dos jogos de linguagem do pensamento racional ou irracional, não existe um saber que estrutura a realidade, e sim um fazer que sustenta e desenha o ser na ação que significa sua materialidade, sua presença que repete sempre diferente.

Teoricamente estamos retomando a discussão estruturalista sobre a significação do ser na existência, que Todorov (1968, p. 28) localiza na oposição entre “teoria da referência” e “teoria do sentido”. A primeira trata o signo como elemento que tem a função de evocar o sentido em algo externo a ele próprio. A segunda pensa na capacidade intransitiva do signo, ou seja, a sua anunciação já é o sentido que o ser vivencia enquanto existência presente. Nesses termos, o que importaria na fala não é o dito, mas o dizer. Portanto, a oralidade não media a poesia, a ciência, o mito, o passado, o presente, o futuro. Ela é todos esses, enquanto uma realização primitiva da linguagem de modo a também estruturá-los – no fazer – não por ser essência, e sim um lugar de criação e renovação. Concebemos a oralidade que resiste nos indígenas frente à cultura grafocêntrica, como aquilo que Bachelard (2001, p. 245-246) pensou o homem como sendo um “tubo sonoro”. “Tanto na força como na doçura, tanto na cólera poética [quanto em sua ternura], veríamos em ação uma economia [primitiva] dirigida dos sopros, uma administração feliz do ar falante”. Este, não entendido como palavras escritas separadamente, mas como uma canção significante em que o silêncio não está

entre a leitura das palavras, e sim entre minúcias discretas das intermitências entre aquilo que podemos chamar de fonemas, onde o ser existe no significante.

Como uma extensão do corpo e da matéria visível, o ser organiza o invisível do espírito próprio em consonância com a intimidade do espírito do mundo. Como bem expressa Wisnik (1989, p. 29), a música, que pode ser cantada, “traduz para a nossa escala sensorial, através de vibrações perceptíveis e organizáveis das camadas de ar, (...) contando com a ilusão do ouvido, mensagens sutis sobre a intimidade anímica da matéria. (...) a espiritualidade da matéria”. Assim, a imaginação e o símbolo que desfrutam muscularmente do falar (BACHELARD, 1997, p 195), seriam variações da oralidade na cultura. A oralidade não se reduz apenas a uma episteme cultural estruturalista. Ela é deslocada da questão do saber para a do fazer que eleva o ser a uma existência, trazendo nossa preocupação ética não ao simples apagamento da memória do conteúdo ou saber ancestral. Altercamos sobre a resistência do ser ancestral oralista do indígena em conflito com o ser grafocêntrico moderno empreendido pela alfabetização.

## **2 ORALIDADE E ESCRITA: LIMITES ENTRE O CIVILIZADO E O SELVAGEM?**

Refletindo sobre a utopia da escrita enquanto elemento central e indispensável tanto para o progresso da civilização quanto para a realização – sobrevivência – de práticas sociais da Modernidade, segundo Olson (1997, p 22), Gibbon afirmou no século XVIII que o “uso de letras é a principal circunstância que distingue um povo civilizado de uma horda de selvagens, incapaz de conhecer ou refletir”. Por muito tempo a antropologia ocidental desenvolvida entre o século XVIII e o início do século XX utilizou a existência ou inexistência de registros etnográficos ou arqueológicos da escrita para determinar se verificado povo era mais ou menos civilizado. Sendo a oralidade, produtora de signos diferente da escrita, o problema está no contato do europeu – grafocêntrico – com o diferente – o outro ágrafo periférico. Isso se deve, lendo Todorov (1977, p. 226 e 228), à noção de signo selvagem ser sempre o signo dos outros; é um símbolo daquele que olha o outro signo. A “mentalidade primitiva” pertence ao observador eurocêntrico incapaz de uma alteridade radical.

Para Lévi-Strauss (2003, p. 121), o termo primitivo em oposição ao civilizado “designa um vasto conjunto de populações que ignoram a escrita” (Ibidem, p. 407). Cuche (2002, p. 110), citando Roger Bastide (1968), refere-se a isso como sendo o *mito do primitivo*. Basicamente, os etnólogos acreditavam que as culturas presentes na América, Ásia e África poderiam solucionar sincronicamente as impossibilidades dos

estudos históricos (diacrônicos), pois tais culturas eram concebidas como “elos perdidos” dos primórdios da civilização ocidental européia pré-escrita. Através de Todorov (1977, p. 229) podemos apontar isso como sendo uma confusão entre as especulações sobre uma “linguagem original” – motivada ou imotivada – e as teorias acerca da “linguagem selvagem”. Etnólogos e historiadores “partiam do postulado que estas culturas forneciam para a análise as formas elementares da vida social e cultural que se tornariam necessariamente mais complexas à medida que a sociedade se desenvolvesse”. Isto é, se aproximasse mais da vida européia.

Com efeito, no interior mesmo da Modernidade hodierna segundo uma perspectiva entendida como antropologia urbana ou antropologia do campo<sup>6</sup>; vemos a escrita marcar a diferença entre primitivos e civilizados, só que nos termos dos analfabetos (fracassados) e dos alfabetizados (bem-sucedidos), respectivamente, concernente às demandas de nossa época. Como diz Flusser (2002, p. 56): “No decorrer da História, o iletrado<sup>7</sup> era um aleijado da cultura dominada por textos”. Segundo Cambi (1999, p. 31), a constituição da Modernidade se dá por um forte movimento de “pedagogização da sociedade”, promovido pelo Estado Burguês, através de “projetos coletivos de conformação ou de alfabetização [...], políticas [...] menos confundidas com a transmissão inconsciente da cultura, mais intencionais e programáticas”. A escrita é resignificada como um elemento capaz de combater e fazer sucumbir culturas e práticas sociais estruturadas e formalizadas pela oralidade, pois estas seriam sinônimas de barbárie e medievalismo. No fundo, o que está em questão é a idealização – projeção – e produção de um novo ser para a existência humana no tempo e no espaço.

Fundamentalmente, tais conceituações aplicadas à Modernidade passam pela imagem do “homem bem educado” no seio da cultura do Humanismo renascentista, baseado no homem centro e meio de sua realização racional destinada a criar uma natureza própria e suprema. Ponto em que a escrita se destaca como principal meio possível de tal projeção ocorrer efetivamente, já que o Renascimento ocorre justamente da exegese dos textos greco-romanos como artifício animador do espírito e do corpo moderno. Nunes (1980: 88) afirma que no Humanismo renascentista, “para se atingir a

---

<sup>6</sup> Segundo François Laplantine (1996: 20): “Os antropólogos começaram a se dedicar ao estudo das sociedades industriais [ditas] avançadas apenas muito recentemente. As primeiras pesquisas trataram primeiro, como vimos, dos aspectos ‘tradicionais’ das sociedades ‘não-tradicionais’ (as comunidades camponesas européias), em seguida, dos grupos marginais, e finalmente, há alguns anos na França, do setor urbano”.

<sup>7</sup> Flusser opera com o termo *iletrado* segundo o sentido de *analfabeto*.

excelência e para alguém se tornar verdadeiramente culto, é necessário ler muito, dedicar-se ao estudo das obras dos filósofos, poetas, oradores, historiadores e de toda a espécie de escritores [...] através do domínio da escrita e da redação [...]”.

Contudo, embora a crença de progresso civilizatório e sucesso individual que a escrita apresentava no início da Modernidade, hoje ela pode ser vista enquanto uma prática problemática que evidencia a crise da era que ela própria foi utilizada como peça constituinte e criadora. Pattanayak (1995, p. 118) diz que Shankar (1989) “demonstrou que a correlação entre a cultura escrita e a adoção de práticas agrícolas desenvolvidas não é significativa [...]. Não há provas suficientes de que tenha propiciado a civilização à humanidade”. Em suma, hoje a Modernidade é projeto em crise que não se cumpriu<sup>8</sup>.

O conflito direto entre cultura oral e cultura escrita se perpetuou no conflito entre plebe (oralidade) e nobreza (escrita); proletariado (oralidade) e burguesia (escrita); senso comum (oralidade) e conhecimento científico (escrita) (OLSON, 1997, p. 175). Cada duplicidade tem seus vínculos com o passado (ancestralidade) e com o futuro (ruptura com o passado). Pensando com Levy (1993, p. 96), a escrita na Modernidade significa a possibilidade de um novo começo, de uma nova história por meio de novos registros – exegese que produz meta-registros – sobre os registros do passado. Aos moldes cartesianos do pensar moderno; diferentes “autores pretendem estar recomeçando tudo da estaca zero” (loc. cit.). Renegando a história medieval e a dos selvagens do Novo Mundo, a base de todo agir para o futuro tenta se livrar da ancestralidade, confiando apenas no poder da Razão que pensa no futuro.

Baitello Jr. (1999, p. 54) analisa esse processo como sendo a entrada das culturas e sociedades no universo do olhar em detrimento da cultura do ouvir, logo, também da oralidade. Para o autor, a realidade contemporânea trata “o som como forma menos nobre, um tipo de primo pobre, no espectro dos códigos da comunicação humana”. Enfatiza que os “sistemas de avaliação são todos fundados sobre a escrita [...]. Não importa se a informação auditiva também pode ser conservada por meio de fitas magnéticas, discos ou outros suportes, ela não tem o mesmo valor documental de um texto escrito” (loc. cit.). A Modernidade se caracteriza justamente por atribuir validade

---

<sup>8</sup> De acordo com Japiassú (1996: 185), para Lyotard nunca se cumprirá, pois se trata de uma intenção já superada pela realidade entrópica e por suas próprias contradições internas. Para Habermas, a Modernidade é um projeto inacabado, mas que necessita de investimentos objetivos e subjetivos para que se cumpra em meio a um mundo tão desesperançado. Não obstante, não importando aqui o acerto de qualquer uma das duas posições hodiernas acerca da Modernidade, vale refletirmos sobre o discurso literário ou livresco produzido no âmbito da filosofia, da sociologia e da antropologia que a criou enquanto promessa; comparado aos problemas materiais que hoje vivenciamos com respeito à escrita e ao projeto pansófico de alfabetização não concretizado.

de verdadeiro ou falso a tudo que estiver escrito. (Cf. ONG, 1982 apud PATTANAYAK, 1995, p. 117). Talvez isso tenha ocorrido porque os sentidos da audição – oralidade – constituem-se em uma dimensão humana difícil de ser objetivada, assim como o delírio da loucura. Enquanto esta foi reduzida a simples anomalia, a condição da oralidade de um povo foi reduzida à noção de atraso social e cultural.

Sendo assim, nos servindo do pensamento de Dussel (1992, p. 84), vemos a cultura grafocêntrica se apresentar ao analfabeto assim como no nascimento da Modernidade os colonizadores se colocaram na posição de emancipadores da alienação da condição selvagem dos homens “perdidos” no Novo Mundo. A denominada conquista é encarada pelo colonizador como ação emancipatória, uma vez que permitiria ao bárbaro sair de sua perdição temporal. No caso do Brasil, vemos bem esse processo na ação dos chamados precursores da alfabetização no país, os jesuítas, sobre os indígenas, pois pensavam estar libertando estes de uma condição inferior de ignorância, quando estavam na verdade matando a ancestralidade cultural da oralidade.

Comentando sobre os índios latino-americanos do Chile, César (1996, p. 123) diz que estes cultivam o espaço do *Nguillatún*, ritual de sacrifício: desde a madrugada visitam o cemitério, “para derramar sangue na terra e acordar os ancestrais, a fim de que estes se unam aos seres vivos, na cerimônia coletiva”. Os ancestrais são espíritos que falam no presente sobre o mistério da matéria – *arché* – e a dinâmica do presente. A ancestralidade pode ser entendida, segundo César, ao fundamentar-se na *Poética do espaço* de Bachelard, como um espaço de sentido habitável. “É a descoberta do mundo a partir de um centro: *teogonia, arché, poiésis*” (Ibidem, p. 124). Sobre as quais a ancestralidade é o movimento do sentido desfrutado no presente. Contudo, ela não é mediadora desta, ela a habita. Os Marajoara<sup>9</sup> (PENNA, 2006), por exemplo, acreditam que cada mulher e homem viajavam após a morte levadas pela Senhora das Águas ancestral. Seu corpo é abrigo e trajeto para as almas que adentram o desconhecido após a morte. Ela habita a origem: as águas dos rios.

Portanto, oralidade pode ser encarada como ancestral, na medida em que ela habita a *arché* do espírito: o corpo – matéria – cujo buraco – a boca – emite sons: o sopro sonoro da vida. Em termos teóricos evocamos uma certa antropologia da linguagem reconhecida por César mencionada acima, e por Japiassú (1976, p. 98), em Bachelard, já mencionado na primeira seção deste trabalho. Este filósofo coloca o homem como um ser primitivamente falante. A oralidade ancestral habita nosso corpo

---

<sup>9</sup> Diversos povos indígenas que vivem na Ilha de Marajó, região amazônica do estado do Pará.

como sendo a matéria de nossa origem. O corpo é a casa da fala, por onde esta se expressa, se resguarda e sofre a ação do colonizador nos processos de alfabetização, envolvendo uma gramática corporal. Conforme Chartier (1991, p. 116), no “século XVII, o aprendizado da escrita em toda a Europa é o de um repertório complexo de gestos e posturas”. Aí está o sentido do ser enquanto “tubo sonoro” (BACHELARD, 2001, p. 246) ancestral lançado nas tramas e nos dramas dos conflitos com o novo moderno. A oralidade ancestral é o próprio sentido – sentir – da origem contra o agente de seu apagamento: a escrita histórica que tenta determinar o passado indeterminado.

### **3 ENCERRANDO COM ALGUNS APONTAMENTOS**

Roger Chartier não hesita em mencionar sua fidelidade à tese de Philippe Ariès de que o ingresso das sociedades ocidentais na escrita é o aspecto mais marcante da Modernidade (CHARTIER, 1991, p. 113). Alguns séculos se passaram, e ensino e aculturação da escrita sobre os sujeitos e comunidades que significam o mundo na oralidade, ainda vive retrocessos, estagnações e alguns avanços referentes ao ideal pansófico. Segundo Espíndola (2006, p. 49), “o número de analfabetos no mundo ainda é de aproximadamente 850 milhões de pessoas” (Cf. PATTANAYAK, p. 1995). O IBGE<sup>10</sup> aponta que entre 18 e 20 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade são analfabetos. Somando com a estatística sobre os chamados analfabetos funcionais, que aponta um número de 45 milhões, teremos em torno de 60 milhões de brasileiros que possuem domínio ínfimo da escrita (BAGNO, 2004, p. 166).

Segundo Resende Pinto et al (2000, p. 512), o Censo do IBGE realizado no ano 2000 indica que o “analfabetismo é um fenômeno que está presente [...] não só nas regiões mais pobres do País, como, também, na periferia dos grandes centros”. Sendo que, embora o censo de 2000 comparado ao de 1890 tenha indicado percentualmente (16%) uma intensa queda do analfabetismo brasileiro, em números absolutos variamos de 7,3 milhões (1900) de analfabetos para 32,7 milhões em 1980 e 25 milhões em 2000 (FERRARO, 2002, p. 36). Isso indica que o Brasil não conseguiu em 100 anos alfabetizar ao ritmo da taxa de natalidade de seus cidadãos, permitindo que o número de analfabetos aumentasse ao invés de caminhar em direção ao zero.

Inúmeras perspectivas científicas são elaboradas para interpretar e explicar essas estatísticas. Importante ponto a ser analisado é os próprios critérios de avaliação empregados em cada época. No Brasil, até a década de 40, o IBGE considerava analfabeto o cidadão que não sabia assinar o próprio nome. A partir de 1950 o critério

---

<sup>10</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

foi ampliado para a pergunta: “sabe ler e escrever um bilhete simples?”. Em 1980, a UNESCO definiu analfabeta a pessoa que não possui domínio completo de todas as possibilidades sociais, políticas, econômicas e culturais da escrita. Diante dessas conceituações, a dificuldade é imensa em comparar exatamente as taxas de analfabetismo de maneira diacrônica.

Diante disso, os estudos se voltam às muitas tentativas de investigar e explicar as causas do atual quadro do analfabetismo no país. Começando por uma perspectiva histórica, as críticas se voltam para o passado e presente da alfabetização no Brasil. Criticam-se métodos e instrumentos relacionados à alfabetização do início da República até o atual governo federal, que através do Ministério da Educação (MEC) propôs um retorno do método tradicional – fônico – como sendo esta, a questão central. Todavia, com o passar dos anos finais do século XX e a entrada no século XXI se percebeu que tais revisões não foram suficientes para justificar as estatísticas que perduram.

Estudos relacionados à saúde pública no campo da fonoaudiologia (FREIRE, 1992), da nutrição (AVELLAR, 2006) e da equoterapia<sup>11</sup> (BACCARIN, 2006) inovam ao lado de análises econômicas, políticas, sociais, geográficas, étnicas, demográfico-urbanistas (FRAGO, 1993, p. 30), psicológicas, compondo possibilidades científicas para se investigar as causas dos índices de analfabetismo. Todavia, entendemos que tais abordagens não vêm sendo suficientes para compreender o problema do analfabetismo. Embora constituam um campo explicativo interdisciplinar acerca do problema, essas fontes tendem a resumir as causas do analfabetismo a contingências externas a ele, às suas próprias incompletudes praxeológicas e aos fatores sociais. De tal maneira, o analfabetismo é visto como um espaço temporal sem significação e realização humana, que segundo Frago (Ibidem, p. 26), se ignoram as culturas com “bases orais do pensamento e da linguagem”.

Diferentemente, não identificamos o analfabetismo como uma espécie de exterioridade em relação à cultura e à civilização, que deve ser sanada. Encaramos tal fenômeno enquanto um universo cultural complexo independente da escrita e relacionado a ela, a começar pelo fato de analfabetos e ágrafos fazerem parte da cultura oral e de outras formas de expressão dotadas de ancestralidade. Segundo Paulo Freire

---

<sup>11</sup> A tradicional modalidade de fisioterapia em que se utiliza a equitação, com o intuito de melhorar a coordenação motora de certos deficientes físicos, vem sendo aplicada a questões relacionadas aos processos de alfabetização através de uma parceria da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (USP) com o Projeto Acolhendo Alunos em Situação de Exclusão Social e Escolar com sede na Faculdade de Educação (USP), com apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (USP) (BACCARIN et. al, 2006).

(1990, p. 13) essa resistência cultural “deve ser vista como uma oportunidade para investigar as condições políticas e culturais que justificam essa resistência e não como atos incondicionais de recusa política consciente”. Portanto, nossa caminhada parte do ponto que Frago (1993, p. 30) chamou de reviravolta nas análises tradicionais sobre a alfabetização. A ênfase é colocada sobre as implicações ideológico-culturais presentes nos processos de alfabetização. Assim, a relevância de nosso ensaio está em proporcionar uma abertura introdutória por onde o analfabeto e o ágrafo possam sair dessas condições impostas e carimbadas, que beiram a ausência de ser, sem que necessitem aprender a ler e a escrever. Ao passo que por outro lado, a alfabetização é o mote mesmo em que se vislumbra a resistência do não-moderno segundo sua ancestralidade cultural – história não escrita; afetividade mítica para com a memória.

## REFERÊNCIAS

AVELLAR, Elaine Faria de. **Repensando o fracasso escolar na alfabetização:** memorial de formação. 2006. Monografia de graduação. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Programa Especial de Formação de Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas (PROESF). Campinas, SP.

BACCARIN, Yvone Arantes et. al. Um original ambiente de leitura Professores da USP utilizam técnicas da equoterapia e teorias do psicanalista inglês Winnicott para alfabetizar crianças da zona sul de São Paulo. **Jornal da USP**, São Paulo, ano XXI, n.754, 13 a 19 de março de 2006.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos:** ensaio sobre a imaginação da matéria. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **O ar e os sonhos:** ensaios sobre a imaginação do movimento. Tradução de Antonio Pádua Danesi. 2<sup>o</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico:** o que é, como se faz. 34<sup>o</sup> ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BAITTELO JR, Norval. A cultura do ouvir. In: **Rádio nova, constelações da radiofonia contemporânea 3.** Lílian Zaremba e Ivana Bentes (org). Rio de Janeiro: Laboratório de Editoração da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: **Fala e escrita em questão.** Dino Preti (org.) et. al. 3<sup>o</sup> ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

BRAIT, Beth. Imagens da norma culta, interação e constituição do texto oral. In: **O discurso oral culto.** Dino Preti (org.) et al. 3<sup>o</sup> ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CÉSAR, Constança Marcondes. **Papéis filosóficos.** Londrina: Ed. UEL: CEFIL, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2º ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: **História da vida privada: da Renascença aos Séculos das Luzes**. Roger Chartier (org.). Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2º ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do Outro: a orixe do mito da Modernidade**. Traducción de Xosé Chao Rego e Xavier R. Madriñán. Santiago: Encrucillada, 1992.

ESPÍNDOLA, Célio Alves. Ressignificando a alfabetização de jovens e adultos no Brasil, a partir dos movimentos sociais no campo. In: **Revista da FAGED: Universidade Federal da Bahia**. Salvador: Faculdade de Educação, v. 10, 2006.

FAYE, Jean-Pierre. **A razão narrativa: a filosofia heideggeriana e o nacional-socialismo**. Tradução de Paula Martins et. alii. São Paulo: Ed. 34, 1996.

FERREIRO, Emília. **Cultura escrita e educação: conversas de Emília Ferreiro com José Antônio Castorina, Daniel Goldin e Rosa Maria Torres**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Tradução do autor. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.

FRAGO, Antonio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Álvaro Moreira Hypolito e Helena Beatriz M. de Souza. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Regina M. Phonoaudiology (speech therapy) in public health. **Rev. Saúde Pública.**, São Paulo, v. 26, n. 3, 1992. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89101992000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101992000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 Aug 2007. Pré-publicação.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo**. Diálogo entre Paulo Freire e Donalddo Macedo. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 3º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

HAVELOCK, Eric. A equação oralidade-cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: **Cultura escrita e oralidade**. David R. Olson e Nancy Torrance (org.). Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 4º ed. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. 3º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 1996.

\_\_\_\_\_. **Para ler Bachelard**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

- LEACH, Edmund. Incorporação e alianças matrimoniais. In: **Os domínios do parentesco**: filiação, aliança matrimonial, residência. Marc Augé (org). Lisboa: Edições 70, 1975.
- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. Tradução de Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginaldo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da educação no Renascimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- OLSON, David R. **O mundo no papel**: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. Tradução Sérgio Bath. Revisão técnica de Rodolfo Ilari. São Paulo. Editora Ática, 1997.
- OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. David R. Olson e Nancy Torrance (org.). Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.
- PATTANAYAK, D. P. A cultura escrita: um instrumento de opressão. In: **Cultura escrita e oralidade**. David R. Olson e Nancy Torrance (org). São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.
- PENNA, Lucy. Espiritualidade ancestral na Ilha do Marajó, Amazônia. In: **Fragmentos de Cultura**. Goiânia: IFITEG, v.1, n.1, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVA, Edson Nunes da. **Elementos estruturais da lógica**. Salvador: Editado pelo autor, 1978.
- SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Teorias do símbolo**. Tradução de Maria de Santa Cruz. São Paulo: Edições 70, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Estruturalismo e poética**. Tradução de José Paulo Paes. Coleção que é estruturalismo? São Paulo: Cultrix, 1968.
- WAHL, François. **Estruturalismo e filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.
- WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.